

A COMISSÃO DE AGRICULTURA NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 56ª LEGISLATURA



Fausto Pinato (PP/SP)
Presidente



Neri Geller (PP/MT)
1º Vice-presidente



Luiz Nishimori (PR/PR)
2º Vice-presidente



José Mario Schreiner (DEM/GO)
3º Vice-presidente

PALAVRA DO PRESIDENTE

É com imensa satisfação que ao término da primeira sessão legislativa da quinquagésima sexta legislatura faço aqui um singelo relato dessa presidência à frente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural no ano de 2019.

Foi um ano de grandes mudanças, bastante trabalho e dedicação. Os produtores rurais sempre obtiveram e continuam contando com o apoio de todos que os representam no campo político.

A CAPADR foi muito atuante, aprovou matérias importantes, promoveu 111 eventos, entre encontros, audiências públicas, mesas-redondas, seminários, reuniões deliberativas, presença de ministros, totalizando 180 horas de intensos debates e discussões e encerra o ano com saldo positivo pela excelência do trabalho realizado.

Foram apreciadas pelo plenário da comissão um total de 254 proposições, das quais 54 foram aprovadas, 23 rejeitadas e 1 prejudicada. Outras 44 matérias já estão prontas para serem incluídas na pauta de votações do plenário da Comissão. Além dessas, outras 59 já iniciaram seu trâmite na Comissão e apenas 05 aguardam designação de relator, convém mencionar que a comissão ainda aprovou 176 requerimentos.

O setor agropecuário é a principal alavanca do crescimento econômico brasileiro. A atuação tempestiva e eficiente desta comissão contribuiu, substancialmente, para levar o desenvolvimento rural a patamares ainda mais altos.

O Brasil vive um momento singular na sua história e isso se reflete nas lutas parlamentares. Esta comissão é pautada pelo diálogo e tem dado oportunidade de se manifestarem politicamente tanto o governo quanto a oposição, em condições de igualdade, mantendo-se o respeito pelas diferenças ideológicas e políticas.

O ano foi marcado pela presença de diversas autoridades, ministros e delegações estrangeiras que enriqueceram enormemente o debate.

Os deputados federais integrantes da comissão tiveram a oportunidade de conhecer, por meio dos ministros e demais autoridades governamentais que aqui estiveram, a visão do governo, de modo a poder compreender de forma mais explanada a dinâmica empreendida pelos diversos órgãos do executivo.

Além das audiências públicas na sede da Câmara dos Deputados, em Brasília, a comissão realizou encontros, seminários e mesa-redonda em eventos do segmento agropecuário em outros estados, além de ter enviado representantes da comissão a solenidades importantes em diversos pontos do país.

Em julho, os deputados da Comissão deliberaram sobre as sugestões de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Outros eventos marcantes foram as vindas dos ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles; das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina; para discutirem seus planos de trabalho, ações e prioridades do novo governo em relação ao setor agrícola e pecuário do Brasil, bem como suas relações com outros países.

Durante o mês de outubro, a comissão apreciou as propostas de emenda ao Plano Plurianual - PPA e à Lei Orçamentária Anual - LOA. Isso foi feito por meio de um processo democrático contando com a participação de todos os membros da comissão.

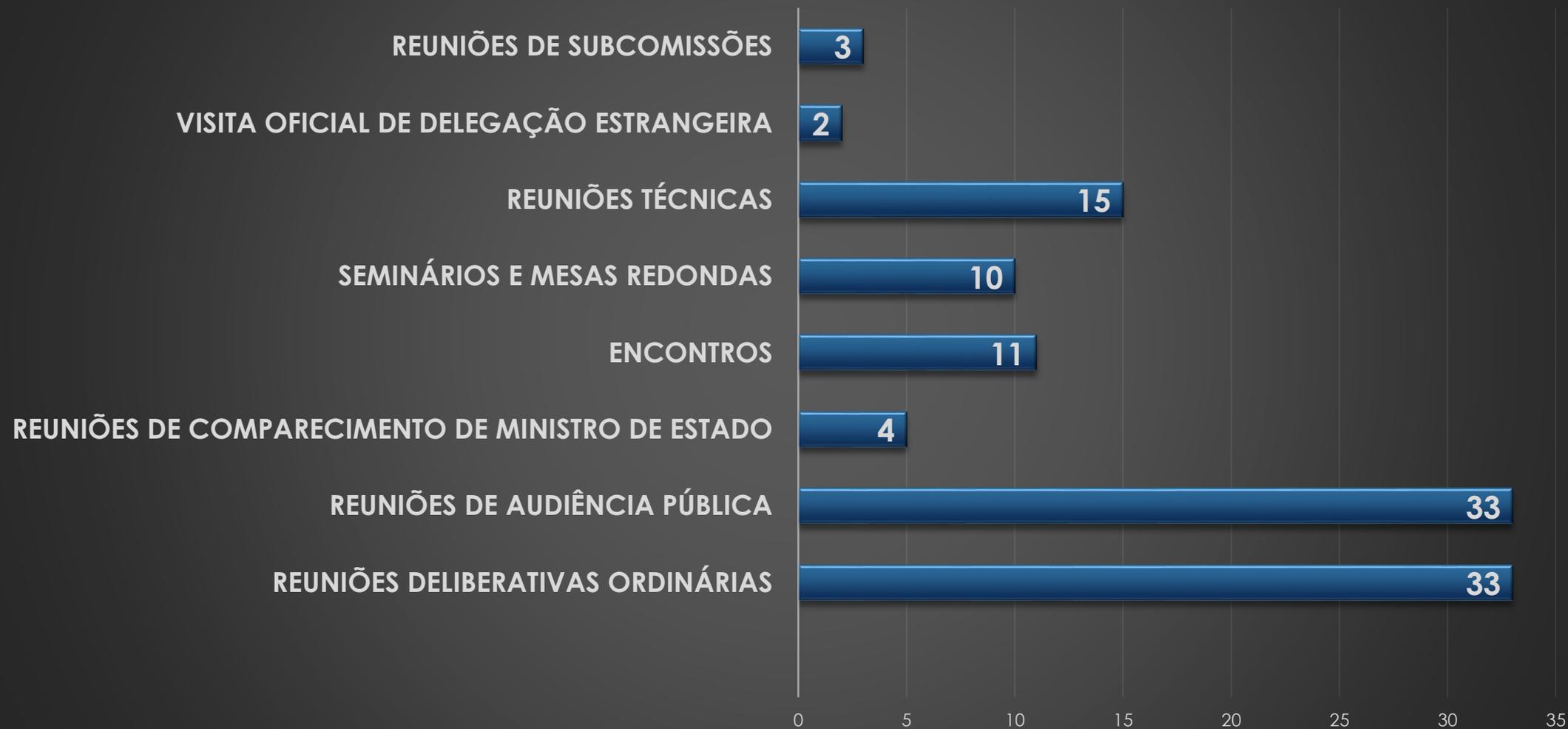
Com muita honra, cumprimento a todos os membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, ao tempo em que agradeço a disposição, o compromisso e a coragem para com os trabalhos realizados por este órgão.

Agradeço também a colaboração perseverante da equipe de servidores da Comissão, que conseguem, com habilidade, articular as ideias, as propostas e a vontade política dos deputados com as regras do processo legislativo e do regimento interno da câmara. A esses e a todos os demais que contribuem para o exercício da atividade parlamentar, deixamos o nosso agradecimento.

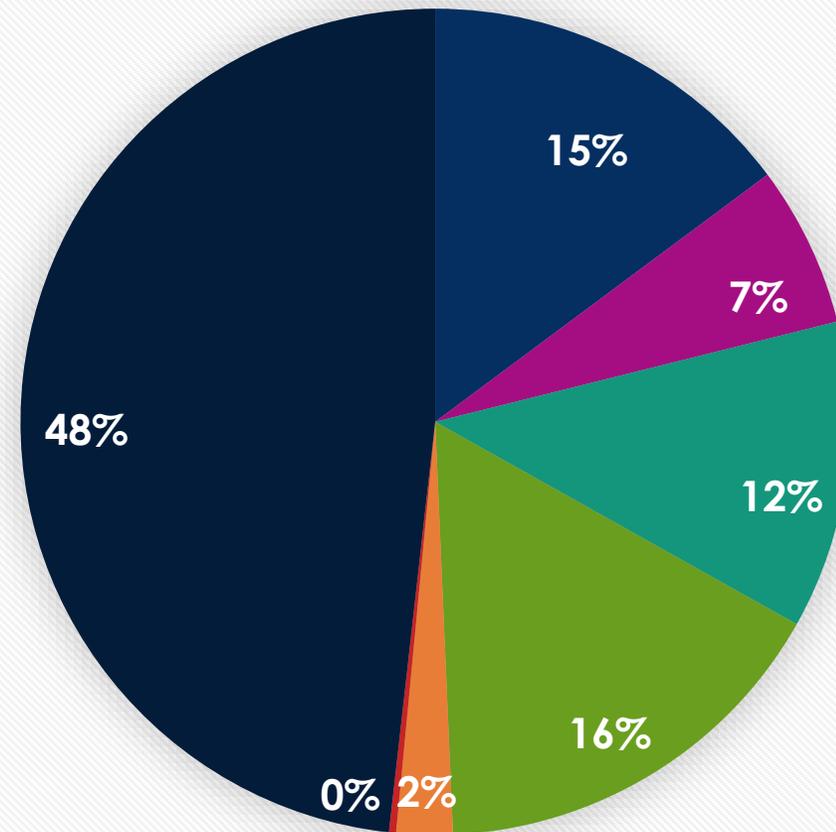
▶ Deputado Federal Fausto Pinato – PP/SP
Presidente da CAPADR

COMISSÃO EM NÚMEROS

REUNIÕES REALIZADAS NA COMISSÃO DE AGRICULTURA EM 2019



PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO DE AGRICULTURA EM 2019 - PERCENTUAL



■ APROVADAS

■ PRONTAS PARA PAUTA

■ AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR

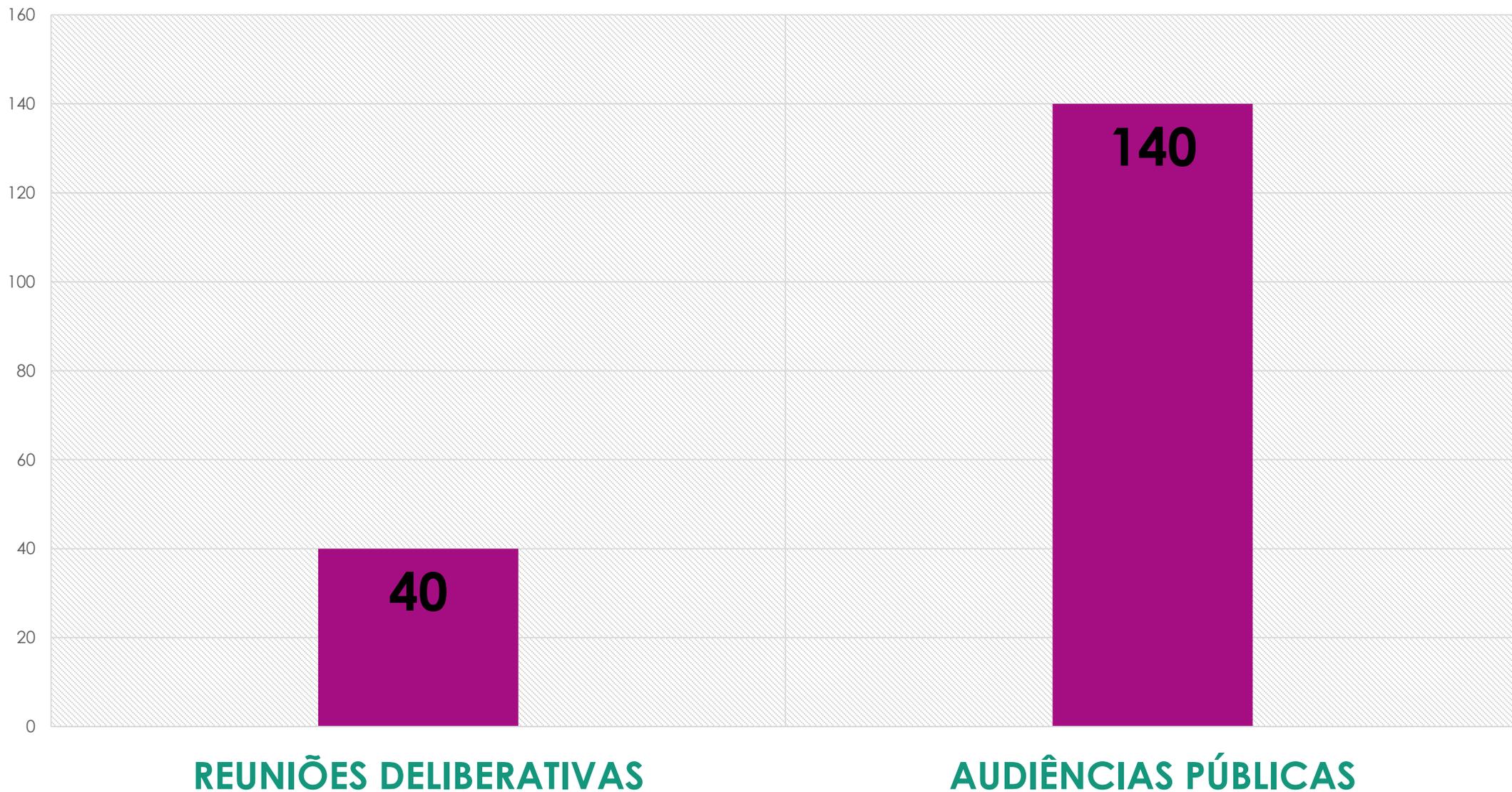
■ REQUERIMENTOS

■ REJEITADAS

■ AGUARDANDO PARECER DO RELATOR

■ PREJUDICADAS

QUANTIDADE DE HORAS EM PLENÁRIO



NOTÍCIAS DA CAPADR

Fausto Pinato presidirá a Comissão de Agricultura em 2019

18/03/2019 12h30

Este é o segundo mandato do parlamentar

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Fausto Pinato, presidente eleito da Comissão de Agricultura

O deputado Fausto Pinato (PP-SP) irá presidir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em 2019. O deputado foi escolhido em eleição realizada nesta quarta-feira (13), no plenário 6.

Pinato é formado em Direito e chegou à Câmara dos Deputados em 2015, eleito pelo PRB. No ano passado, foi reeleito, desta vez pelo PP.

Em discurso após a proclamação do resultado, ele defendeu a desburocratização do agronegócio e o apoio aos

produtores rurais, sobretudo por meio de crédito. Ainda, acenou para o diálogo com a oposição e aos setores que geralmente divergem dos ruralistas. "Muitas vezes, a situação tem a pauta em mãos, mas a crítica da oposição faz a gente corrigir alguns erros e fazer o contrabalanço. Que possamos ter essa harmonia no debate", ponderou.

Além de Pinato, Neri Geller (PP-MT) foi eleito vice-presidente; Luiz Nishimori (PR-PR), segundo vice e, para terceiro vice, José Mário Schreiner (DEM-GO). Os deputados foram eleitos com 45 votos a favor e 2 brancos.

A Comissão

Criada durante o Império com o nome de Comissão de Minas e Bosques, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural é uma das mais disputadas da Câmara. O colegiado tem entre seus objetivos analisar os projetos relacionados com o setor produtivo: política agrícola, cooperativismo, questões fundiárias e reforma agrária.

Em 2018, 245 proposições — projetos de lei e de decreto legislativo, propostas de fiscalização e controle e requerimentos — foram aprovados pela Comissão.

Neste ano, temas como a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a compra de terras por estrangeiros e a atualização do Código Florestal devem estar em pauta, bem como o debate sobre o uso de defensivos agrícolas.

Preço do café será tema de audiência na Comissão de Agricultura na terça

10/05/2019 13h35

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados discute a política de preços mínimos para o café na próxima terça-feira (14).

Wikimedia Commons



Produtores reclamam que preço mínimo não cobre custos

O preço mínimo é utilizado como base para a realização de políticas públicas, como eventuais compras do governo federal.

Em março, o Ministério da Agricultura reajustou os preços mínimos do café: R\$ 341,21 para a saca de 60 quilos do café arábica e R\$ 202,19 para a do conilon. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), no entanto, reclamou que o preço mínimo fica abaixo dos custos operacionais de produção.

Em nota publicada no último dia 2, o Ministério da Agricultura avisou que a Conab vai rever a metodologia dos custos de produção do café, em conjunto com entidades do setor.

Na última terça-feira (7), a Frente Parlamentar do Café ouviu cafeicultores de diversas regiões, em busca de sugestões do que pode ser feito a curto, médio e longo prazo para melhorar a renda de produção no Brasil. O país é responsável por quase um terço de todo café consumido no mundo, mas que se encontra em crise – de acordo com os participantes.

Extinção da dívida do Funrural é tema de audiência pública realizada pela Comissão

11/04/2019 19h15

Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), autor do requerimento que propôs o encontro, mediu o debate. Goergen é também autor do PL 9252/17 que propõe anistiar a dívida

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Comissão de Agricultura debateu extinção do passivo do Funrural

Em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, realizada nesta terça-feira (9), foi discutida a extinção da cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). A proposta do debate foi do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).

O deputado é também autor do Projeto de Lei 9252/17, o qual disciplina o perdão de dívidas do Funrural, podendo ser a solução para a divergência de posicionamento entre os deputados e o Poder Executivo. Na prática, a proposição elimina o passivo do Funrural, isentando o setor agropecuário do pagamento da dívida. O texto se baseia em

decisões anteriores e contraditórias do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a cobrança, que haviam considerado o passivo inconstitucional.

"Nós temos um ambiente técnico e uma vontade política, agora cabe termos um avanço interno para que a solução possa ser apresentada", destacou Goergen.

Durante a audiência, produtores vindos de todo o país reforçaram que, por isso, não reconhecem a dívida — uma vez que o Funrural foi considerado inconstitucional. Foi destaque na discussão a insegurança jurídica que as decisões do STF trouxeram para o setor.

No decorrer do debate, o deputado anunciou notícia de que a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, teria garantido que a extinção da dívida do Funrural será votada no Congresso.

Participaram da audiência pública representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Economia; da Receita Federal do Brasil; e da Advocacia-Geral da União.

Preços mínimos do café são discutidos em audiência pública da Comissão

16/05/2019 17h52

Produtores estão insatisfeitos com valor definido pela Conab. Evair Vieira de Melo (PP-ES) é autor do requerimento para realização do debate e mediu a discussão nesta quarta (14)

Dávini Ribeiro



Os produtores de café estão insatisfeitos e defendem a revisão do preço mínimo do café, definido pelo Ministério da Agricultura a partir de valores calculados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O assunto foi discutido em audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na tarde desta quarta-feira (14).

O requerimento para realização do debate é do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que na ocasião criticou a ausência de representantes da Conab, convidados para a audiência. "Os produtores estão operando em prejuízo. Nós queremos números verdadeiros dos custos de produção. O governo não vai resolver sozinho, mas é parte importante porque os preços da Conab são referência para o mercado", disse.

Presente na reunião, o presidente da Comissão Nacional do Café (CNA), Breno Mesquita, expôs que o preço mínimo estabelecido pelo Governo impacta de forma direta na vida do produtor, pois é a base de qualquer política pública para área. "Há algum tempo o setor trabalha com margem negativa e isso se reflete nos municípios", disse. "Hoje, os números não espelham a realidade da cafeicultura brasileira", finalizou.

Agricultura instala subcomissão para assuntos do setor leiteiro

10/05/2019 13h30

Em reunião realizada na quarta (8), os deputados Domingos Sávio (PSDB-MG) e Marcon (PT-RS) foram eleitos presidente e vice da subcomissão, respectivamente

A subcomissão destinada a acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite, foi instalada nesta quarta-feira (8) pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) foi eleito presidente e o deputado Marcon (PT-RS), vice.

Sávio ressalta que o leite é um dos principais produtos alimentícios em todo o mundo, o que traz a necessidade de debate e acompanhamento das medidas sobre o produto. "O Brasil tem potencial e capacidade de ser, sim, um grande exportador de leite e derivados e temos que descobrir mecanismo para ampliar a nossa presença no mercado interno", ressaltou.

Além disso, o presidente, eleito com sete votos, nomeou como relator da subcomissão o deputado Celso Maldaner (MDB-SC) e reforçou o compromisso com a pauta. "A minha missão será construir o entendimento para juntos ouvirmos o setor leiteiro e fazermos uma interlocução com o poder Executivo, com a sociedade civil, e com países que podem ser parceiros", finalizou.

O Requerimento nº 14/2019, que dispõe sobre a criação da subcomissão, destaca que serão itens para discussão: a fixação de preço justo para os produtores, o combate aos cartéis na produção dos insumos lácteos, o estabelecimento de mecanismos de proteção do mercado interno de importação de produtos subsidiados e a redefinição da carga tributária sobre leite *in natura*. A proposição é de autoria do próprio presidente eleito e foi aprovada em reunião deliberativa em 27 de março deste ano.

Ministra diz que sanidade da produção agropecuária é prioridade para ampliar venda de carne

23/05/2019 13h22

Em audiência pública na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (22), a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, citou, entre as prioridades da pasta, a "sanidade da produção agropecuária".

Na avaliação da ministra, a medida é fundamental para o acesso a mercados internacionais. A ministra acaba de voltar de viagem a países asiáticos, que, segundo ela, estariam "devastados pela peste suína". Para ela, isso representará "uma janela de oportunidades" para a exportação de carne suína brasileira para esses países.

Tereza Cristina observou que o Brasil ainda é líder no mercado global de carne, mas afirmou que a participação do País nesse mercado vem caindo ano a ano. Ela destacou que alguns países têm restrições à carne brasileira por conta de "casos isolados de vaca louca" - problema que atingiu especialmente os Estados Unidos.

O deputado Pedro Lupion (DEM-PR), também autor de requerimento para realização da audiência, preocupa-se com "vozes dissonantes dentro do governo, que acabam trabalhando contra a abertura de mercado no exterior". Diversos deputados criticaram o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, acusando-o de declarações prejudiciais ao agronegócio brasileiro.

Outra prioridade da pasta, segundo Tereza Cristina, é a segurança fundiária - nas palavras dela, "reduzir os conflitos e trazer segurança para quem vive no campo". Além disso, promover a inovação agropecuária. "É um problema grave hoje a assistência técnica, que inexistia em muitos estados brasileiros, deixando o pequeno e médio produtor à margem da evolução tecnológica", acrescentou.

Deputados da oposição têm a mesma avaliação e cobraram investimentos na área.

Comissão aprova incentivos fiscais para proteção de recursos hídricos em propriedades

17/05/2019 18h26

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (15) o Projeto de Lei 366/19, do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que cria incentivos fiscais e creditícios para proprietários de imóveis rurais que adotam ações de proteção e recuperação de recursos hídricos, como rios e nascentes.

Agência Câmara



Pedro Lupion defendeu a aprovação da proposta

A proposta recebeu parecer favorável do relator na comissão, deputado Pedro Lupion (DEM-PR). "Não restam dúvidas quanto à importância de se reconhecer que os proprietários rurais, ao manterem a cobertura arbórea em suas propriedades, especialmente em torno de nascentes e ao longo dos cursos d'água, geram significativos benefícios à sociedade", disse o relator.

De acordo com o projeto, as ações que darão direito aos incentivos são a recomposição de matas ciliares e florestas úteis para recarga de aquíferos, e a execução de obras rurais ou adoção de tecnologias para controle da erosão e do assoreamento de rios, córregos e reservatórios.

O Poder Executivo definirá os critérios para habilitação dos proprietários aos incentivos fiscais e creditícios. O texto prevê a desabilitação, com devolução dos valores recebidos, daqueles que deixarem de cumprir os requisitos exigidos.

Ernesto Araújo critica "informações erradas" sobre meio ambiente e elogia chineses

30/05/2019 19h05

Ministro das Relações Exteriores disse a deputados que o objetivo do governo é elevar a participação agrícola brasileira no comércio mundial de 7% para 10% em dois anos.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



O ministro Ernesto Araújo criticou a imprensa internacional por divulgar "informações erradas" sobre a sustentabilidade ambiental do agronegócio brasileiro

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, passou boa parte de seu tempo inicial em debate na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados contando sobre recentes negociações com a China e com os países árabes, como forma de desfazer a impressão de que haveria uma posição ideológica contra os governos desses países.

Esse era um dos motivos do requerimento de audiência dos deputados Marcon (PT-RS) e Carlos Veras (PT-PB), realizada na comissão nesta quarta-feira (29). Ernesto Araújo elogiou os chineses, afirmando que os brasileiros precisam aprender com eles a negociar.

Ele disse que a guerra comercial entre China e Estados Unidos pode trazer oportunidades para o agronegócio brasileiro.

Araújo também afirmou que há um esforço do Itamaraty para contrapor o que ele chamou de "informações erradas" divulgadas pela imprensa internacional sobre a sustentabilidade ambiental do agronegócio brasileiro. Segundo ele, apenas 30% do nosso território é usado para produção de alimentos. Mais de 60% da vegetação é nativa. O ministro disse que vai mobilizar as embaixadas para divulgar outras informações e trazer novos mercados:

"Estamos tentando implementar na mentalidade de trabalho de toda a diplomacia brasileira no exterior. Isso a gente vê claramente em outros países que são muito presentes em agricultura. Qualquer evento nas embaixadas argentinas tem sempre o vinho e a carne argentina, por exemplo. Temos que ter esse tipo de coisa nas embaixadas brasileiras", observou.

Mudanças climáticas

Ernesto Araújo disse que o objetivo é elevar a participação agrícola brasileira no comércio mundial de 7% para 10% em dois anos. Outro problema, na opinião do ministro, seria uma versão parcial relacionada à questão das mudanças climáticas, o que estaria justificando medidas

Comissão aprova projeto para criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais

13/05/2019 13h55

PL nº 365/2019 é de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS)

Agência Câmara



Lucio Mosquini, relator do projeto

Na quarta-feira (8), a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara aprovou o Projeto de Lei 365/2019, do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que determina a criação pelos estados de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais em municípios com mais de noventa e cinco mil habitantes.

O projeto recebeu parecer favorável do relator, deputado Lucio Mosquini (MDB-RO). "Como bem lembra o autor da proposição, a importância da criação de delegacias

especializadas em delitos cometidos no meio rural é o conhecimento das particularidades do ambiente para a apuração dos fatos com eficiência e rapidez, além da utilização de sistemas de inteligência para coibir o cometimento dos delitos", justificou em seu voto.

A finalidade das delegacias será o atendimento aos crimes praticados no meio rural, em ações investigativas e preventivas dos delitos. A proposição concede prazo de dois anos da publicação da Lei para a criação das referidas delegacias especializadas, sob pena de os estados perderem o acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O projeto resgata proposta apresentada pelo ex-Deputado Alberto Fraga, arquivada ao término da legislatura passada, que estabelecia medida semelhante, porém apenas para municípios com população superior a duzentos mil habitantes.

Agricultura mantém novas regras de rastreabilidade de vegetais frescos

14/06/2019 11h05

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados manteve as novas regras de rastreabilidade de vegetais frescos destinados ao consumo humano.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Schreiner: parecer pela rejeição do projeto e pela manutenção da norma conjunta do ministério e da Anvisa

O colegiado rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1104/18, do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), para suspender instrução normativa publicada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre o tema.

A instrução normativa conjunta dos dois órgãos 2/18 prevê que, até agosto de 2020, todas as frutas, hortaliças e ervas aromáticas destinadas ao consumo humano deverão estar aptas a serem rastreadas ao longo de toda a cadeia produtiva – ou seja, da produção à venda ao consumidor final, passando pela distribuição e estocagem. Segundo o ministério, a norma busca monitorar e controlar resíduos de agrotóxicos nos vegetais.

O relator, deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), se reuniu em abril com a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para pedir uma ampliação do prazo para os produtores rurais se adequarem às novas regras. Em maio, outra norma (IN Conjunta 1/19) ampliou em um ano os prazos de adequação às regras de rastreabilidade, com data final para agosto de 2021.

Schreiner reconheceu que o autor demonstrou preocupação com os pequenos produtores, que precisavam de mais tempo para se adequar às novas regras de rastreabilidade. "A Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa foi sensível às preocupações demonstradas e alterou os prazos de vigência", disse.

Tramitação

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, o texto segue para o Plenário.

Comissão aprova projeto de incentivo à produção local de alimentos

13/05/2019 14h35

Por meio das políticas nacionais de habitação, Projeto de Lei nº 9.025/2017 quer estimular iniciativas de agricultura urbana sustentável, baseados em técnicas agroecológicas.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei nº 9.025/2017, do deputado Nilto Tatto (PT-SP), nesta quarta-feira (8). O texto, que altera a Lei nº 11.124/2005, prevê incluir nas políticas nacionais de habitação mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.

O projeto recebeu parecer favorável da relatora, deputada Mara Rocha (PSDB-AC), e foi aprovado por unanimidade. Em seu voto, Rocha concordou com o autor do projeto no destaque ao efeito educativo da agricultura urbana por promover a conexão dos moradores das cidades com o meio ambiente. "Além disso, ao prever que a prática terá base agroecológica, o projeto ainda incentiva o aproveitamento de água de chuva e a utilização de insumos orgânicos", reiterou.

Na justificativa do texto, Tatto argumenta que, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), "a prática da agricultura urbana surge como estratégia efetiva de fornecimento de alimentos, de geração de empregos, de garantia da segurança alimentar e de melhoria da nutrição dos habitantes das cidades. Além de complementar a alimentação das famílias de baixa e média renda, vislumbra-se também a geração de excedentes, que podem ser direcionados ao comércio local".

Chineses visitam Comissão de Agricultura e reforçam cooperação com Brasil

31/05/2019 18h52

Deputados brasileiros acreditam em aumento nas vendas para o mercado chinês

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Zhongping avaliou como positiva a cooperação entre Brasil e China

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados recebeu nesta quinta-feira (30) a visita de uma delegação de seis integrantes do parlamento chinês, entre eles quatro representantes da comissão de agricultura daquele país.

Na reunião que recebeu a delegação, o vice-presidente da Comissão de Agricultura chinesa, Ma Zhongping, explicou que o objetivo da visita é acompanhar os trabalhos dos parlamentares brasileiros e trocar experiências. Ele avaliou positivamente a posição do governo brasileiro, que, segundo ele, mantém a cooperação tradicional entre os dois países.

"A China está importando do Brasil anualmente 60 milhões de toneladas de soja, representando 80% da importação total da China", disse.

A deputada Aline Sleutjes (PSL-PR) é integrante da Frente Parlamentar da Agricultura e fez parte da comitiva oficial brasileira que visitou a China há poucos dias com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Ela diz que, devido à peste suína que atingiu a China, o Brasil aumentou no mês passado as exportações de suínos para aquele país em 44%, comparado ao mesmo período em 2018. A deputada enxerga um bom momento para o Brasil ampliar as vendas externas não apenas de carne suína, mas também de aves e carne bovina.

"Avançamos muito nas negociações, principalmente na questão da carne. Eles perderam mais de 40% da produção, e vai demorar de 3 a 5 anos para se estabilizarem", observou a deputada.

Lista de frigoríficos

A deputada lembrou que o Ministério da Agricultura encaminhou ao governo chinês uma lista com 30 frigoríficos brasileiros indicados a exportar para a China. Os suínocultores chineses tiveram que matar mais de 1 milhão de porcos por causa do surto de peste suína africana, que surgiu em agosto do ano passado. A China é o maior produtor de carne suína do mundo: são cerca de 54 milhões de toneladas por ano.

Comissão debate produção e comercialização do leite em audiência pública

01/07/2019 16h42

Encontro aconteceu na última quinta (27) para tratar, especialmente, sobre as Instruções Normativas 76 e 77 de 2018 do Ministério da Agricultura

Rella Maria/Câmara dos Deputados



Com o intuito de discutir a situação do setor leiteiro do Brasil, tanto na produção quanto na comercialização de leite e derivados, assim como debater as Instruções Normativas 76 e 77 de 2018 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou audiência pública nesta quinta-feira (27).

A reunião foi requerida pelo deputado Heitor Schuch (PSB-RS), que mediou o debate. De acordo com o parlamentar, as normas sobre produção e industrialização do setor lácteo, instituídas pelas instruções normativas citadas, estão preocupando representantes da cadeia produtiva do leite.

Em novembro de 2018, o MAPA fixou essas novas regras, especificando os padrões de identidade e qualidade do leite cru refrigerado, do pasteurizado e do tipo A. As mudanças foram publicadas na edição do dia 30 de novembro de 2018, no Diário Oficial da União. Ainda de acordo com Schuch, "produtores temem ser forçados a sair do mercado, caso não se adaptem às exigências, o que criaria mais um problema social no país", explicita.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (ABRALEITE), Geraldo Borges, não restam dúvidas que as normativas "fazem parte da evolução e são necessárias, mas precisam ser discutidas, inclusive em alguma forma de transição para que não gere mais impactos na cadeia [produtiva]". Para ele, é necessário analisar as consequências reais que as mudanças trarão, principalmente de custos, e que os preços dos produtos hoje dão pouco poder de competitividade aos produtores.

Comissão de Agricultura aprova criação de fundo de desenvolvimento rural

08/07/2019 15h53

Proposta pretende garantir recursos para as atividades do agronegócio.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Deputado Fausto Pinato, relator do projeto

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou a criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento Rural e Produção Agrícola (FNDR), com o objetivo de financiar a produção agrícola no País e promover a inovação tecnológica no setor rural.

O Projeto de Lei 367/19 é de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS) e foi relatado pelo deputado Fausto Pinato (PP-SF), que recomendou a aprovação. Ele apresentou uma emenda apenas para melhorar a redação de um dos dispositivos.

Contenção de gastos

Pinato destacou que o projeto ganha importância no cenário atual de contenção de gastos pelo governo. "Dadas as crescentes restrições orçamentárias, o fundo garantirá recursos que contribuirão para a intensificação do dinamismo econômico e para o desenvolvimento contínuo das atividades inerentes ao agronegócio", disse.

O fundo será alimentado pelas seguintes fontes de recursos: dotações orçamentárias; convênios firmados com entidades da administração pública federal, estadual ou municipal; doações; empréstimos e retorno das operações de empréstimo; entre outras.

A administração ficará a cargo do Ministério da Agricultura, com apoio de um conselho gestor composto por dois representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), dois representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e dois representantes do governo federal.

Comissão aprova emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020

04/07/2019 11h35

Como resultado da reunião realizada nesta quarta (3), duas emendas de meta e sete de texto foram aprovadas



Em reunião deliberativa nesta quarta-feira (3), a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou as propostas de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2020 — Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 5/2019.

A Comissão recebeu, no total, 62 sugestões de emendas ao PLDO. As propostas são de autoria da deputada Magda Mofatto (PL-GO) e dos deputados Alcides Rodrigues (Patriota-GO), Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), Bira do Pindaré (PSB-MA), Emidinho Madeira (PSB-MG), José Mario Schreiner (DEM-GO), Marcon (PT-RS), João Daniel (PT-SE), Santini (PTB-RS), Tito (Avante-BA), Zé Carlos (PT-MA) e Zé Silva (Solidariedade-MG).

As sugestões de emendas feitas pelos deputados foram contempladas nas duas emendas de inclusão de meta e nas sete emendas ao texto da lei aprovadas pela Comissão.

Como emendas de meta foram aprovadas:

· Emenda de Fomento ao Setor Agropecuário: tem como objetivo viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e associações. Visa possibilitar ações que permitam a implantação de projetos para o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e sua comercialização, por meio de aquisição de máquinas e equipamentos e obras necessárias para o setor;

· Emenda de Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária: visa estabelecer a garantia institucional para a continuidade de execução do programa de Reforma Agrária.

Comissão de Agricultura mantém desapropriação de imóvel rural na Bahia

16/08/2019 11h21

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Tito: "O Congresso só pode suspender atos do Executivo que extrapolem o poder regulamentar"

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural rejeitou nesta quarta-feira (14) proposta que pede a suspensão da desapropriação de um imóvel rural de 1.630 hectares situado no município de Porto Seguro (BA), chamado de Fazenda Conjunto Serrão Azul. O imóvel foi destinado à reforma agrária.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 371/16 foi apresentado pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), e fez parte de um conjunto de 29 PDCs que ele protocolou contra desapropriações determinadas pela presidente Dilma Rousseff.

A rejeição do projeto foi recomendada pelo relator, deputado Tito (AVANTE-BA). Ele afirma que o Congresso só pode suspender atos do Executivo que extrapolem o poder regulamentar. "Não cabe ao Congresso Nacional suspender atos de efeitos concretos", disse Tito.

O deputado reconheceu que o governo federal já cometeu excessos na execução da política de reforma agrária, mas disse que eventuais erros não podem significar o seu fim. "A questão da terra ainda é central no Brasil e os trabalhadores rurais desse País merecem ter condições adequadas de trabalho", disse Tito.

Tramitação

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Comissão aprova concessão de faixas de domínio de rodovias para lavouras

08/07/2019 15h45

Maria Salim / Câmara dos Deputados



Evandro Roman deixou o prazo de concessão a critério do governo

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que autoriza o governo a conceder trechos das faixas de domínio das rodovias federais para projetos de implantação de lavouras de culturas anuais ou de reconstituição de vegetação nativa, desde que preservada a segurança do trânsito.

O Projeto de Lei 7392/17, de autoria do deputado Misael Varella (DEM-MG), foi relatado pelo deputado Evandro Roman (PSD-PR), que apresentou um substitutivo.

As faixas de domínio das rodovias são as áreas laterais das estradas, declaradas de utilidade pública, e que não podem ser edificadas. A Lei da Política Agrícola permite que o governo outorgue este trecho, mediante concessão, por até 25 anos, para implantação de reflorestamentos.

O substitutivo aprovado mantém a outorga para reflorestamento, mas deixa o prazo de concessão a critério do governo e inclui a concessão para lavouras de culturas anuais, como arroz e feijão, e reconstituição de vegetação nativa.

Os concessionários serão responsáveis pelo controle da vegetação nas faixas de domínio, que deverá obedecer às características definidas pelo órgão responsável pela rodovia. O órgão também definirá o trecho de vegetação da faixa de domínio que poderá ser suprimido integralmente, desde que observadas para as necessidades de segurança viária e as normas de proteção ambiental.

Comissão de Agricultura aprova política de valorização de frutos do Cerrado

29/08/2019 19h06

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Schreiner recomendou a aprovação do texto sem a proibição de derrubar pequizeiros

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que cria Política Nacional para o Manejo Sustentável do Pequi e demais frutos e produtos nativos do Cerrado. De autoria do deputado Rogério Correia (PT-MG), o Projeto de Lei 1970/19 recebeu parecer favorável do deputado José Mario Schreiner (DEM-GO).

O objetivo do projeto, segundo seu autor, é incentivar o cultivo, o beneficiamento e a comercialização de produtos nativos do Cerrado, por meio de uma política voltada para o desenvolvimento sustentável do bioma.

Schreiner excluiu do texto o artigo que proibia a derrubada de pequizeiros. Segundo ele, a árvore já é protegida pela legislação brasileira. Ele disse que o projeto reforça a importância do Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro, que vem passando por um processo de degradação ambiental.

"Com mais de 10 tipos de frutos nativos comestíveis regularmente consumidos pela população e comercializados no mercado local, o Cerrado encontra-se em rápido processo de desmatamento, que já alcança a 48,5% do bioma", disse.

Medidas

De acordo com o projeto, a política de valorização de frutos e produtos do Cerrado terá entre seus objetivos a identificação das comunidades tradicionais que vivem da coleta do pequi e de outros produtos nativos, a criação de Incentivos à preservação das áreas de ocorrência do pequi e de outras espécies, a divulgação dos componentes nutricionais e medicinais dos frutos, e a criação de um selo que identifique a área de produção e a qualidade do produto.

Comissão aprova proposta que amplia incentivos para agricultura orgânica

04/09/2019 16h58

Michel Jesus/ Câmara dos Deputados



Deputado Ionaldo Bulhões Jr., relator do projeto

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou nesta quarta-feira (4) projeto que amplia os incentivos para os produtores rurais que adotam o sistema orgânico de produção e outras práticas de preservação ambiental.

Entre os incentivos previstos no Projeto de Lei 1123/19, do deputado Rubens Otoni (PT-GO), estão prioridade nas compras governamentais, adoção de medidas fiscais e tributárias diferenciadas, política específica de preços mínimos e utilização de subvenções econômicas.

Custo maior

Atualmente, a Lei Agrícola (8.171/91) já estabelece mecanismos para os produtores da agricultura orgânica. A avaliação do autor do projeto, no entanto, é que eles tiveram pouco impacto sobre o principal obstáculo da atividade, que é o custo maior de produção em relação à agricultura tradicional.

O relator da proposta, deputado Ionaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), também concorda. "O alto custo de produção em comparação ao sistema convencional, que faz uso de defensivos agrícolas e adubos químicos, inviabiliza a comercialização em preços competitivos. Por esse motivo, os incentivos governamentais precisam ser atrativos", disse.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será examinado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Iniciativas estaduais de combate a crimes no campo podem servir de exemplo para todo o País

13/09/2019 10h19

Iniciativas estaduais de combate à criminalidade no campo podem servir de exemplo para todo o País. O assunto foi debatido em audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (12) com representantes da polícia militar de seis estados e um representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Audiência da Comissão de Agricultura reuniu o comando das PMs dos estados que implantaram programas de segurança específicos para o campo

Ao final da discussão, o autor do pedido para o debate, deputado José Mário Schreiner (DEM-GO), afirmou que pretende reunir os comandantes das polícias militares de todo o País para articular ações com base nos "bons exemplos citados".

Entre as iniciativas elogiadas, está a do Rio Grande do Sul, onde foram criadas duas delegacias especializadas em crimes na área rural; a do Distrito Federal, onde há levantamento detalhado das ocorrências de crimes no campo e, principalmente, a de Goiás, que instituiu a patrulha rural com apoio de sindicatos e produtores.

O tenente-coronel Daniel Galvão, da PM de Goiás, relatou a criação do Centro de Comando e Controle Rural, que monitora por satélite as viaturas, elabora planos de contingência e cadastra os funcionários das propriedades. As propriedades rurais são monitoradas e protegidas pela Patrulha Rural Georreferenciada.

O centro de comando, conforme explicou o tenente-coronel, é fruto de uma parceria com o setor produtivo. "Foi totalmente financiado por uma entidade privada, a Faeg [Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás], com recursos do Fundepéc-GO, que é o fundo de proteção do agronegócio".

O programa, segundo Galvão, foi o maior responsável pela queda nos índices de criminalidade no estado. Entre 2016 e 2017, o número de assassinatos caiu 18,61% e, em crimes violentos contra o patrimônio, a queda foi de 34,54%. Os mandados de prisão aumentaram 34% e 143 organizações criminosas foram desarticuladas no estado.

Comissão aprova metas anuais para compra de alimentos da agricultura familiar

04/09/2019 17h05

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Célio Maldaner recomendou a aprovação da proposta

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (4) projeto que estabelece quantidades mínimas para a compra de produtos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Projeto de Lei 9481/18 é de autoria do deputado João Daniel (PT-SE) e recebeu parecer favorável do deputado Célio Maldaner (MDB-SC). Para ele, a proposta poderá garantir a continuidade e a expansão do PAA, programa criado há 16 anos (Lei 10.696/03) para incentivar os agricultores familiares.

"A despeito de sua importância, a continuidade do programa vem sendo frequentemente ameaçada, pois os recursos a ele destinados diminuem ano a ano", disse o relator.

Pelo texto aprovado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá estabelecer para cada ano metas de compras por produto e número de famílias, por unidade da federação, e para cada modalidade do PAA (atualmente são cinco). As metas deverão crescer 10% a cada ano.

O projeto prevê ainda penalidades aos gestores do programa que descumprirem as metas previstas na LDO.

Comissão aprova seguro-desemprego a pescador artesanal afetado por clima adverso

24/09/2019 10h27

Michel Jesus/ Câmara dos Deputados



Pessoa recomendou a inclusão da medida na Lei do Seguro-Desemprego

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 737/19, que concede seguro-desemprego no valor de um salário mínimo, por até três meses, ao pescador artesanal impedido de exercer a atividade por causa de condições climáticas ou meteorológicas desfavoráveis.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo do relator Roberto Pessoa (PSDB-CE), ao texto original apresentado pelo deputado Ricardo Teobaldo (PODE-PE). Na opinião do relator, é melhor inserir as medidas na Lei do Seguro-Desemprego (10.779/03) em vez de criar outra norma.

O benefício deverá ser custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que hoje financia o abono salarial e o seguro-desemprego tradicional. Receberão o auxílio os pescadores profissionais que exercem a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar (sem empregados).

O seguro-desemprego será cancelado se o pescador começar outra atividade remunerada, falecer, for beneficiado (posteriormente) por uma produção significativa ou se for identificada falsidade nas informações prestadas.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Agricultura aprova benefícios para marisqueiros tradicionais

12/09/2019 18h57

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que garante direitos aos catadores artesanais de mariscos.

Michel Jesus/ Câmara dos Deputados



Mara Rocha considerou o texto do Senado mais completo

Os deputados aprovaram o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 3820/19. O texto dos senadores beneficia toda a comunidade de marisqueiros, enquanto o original, aprovado pela Câmara em 2017, volta-se apenas às atividades desenvolvidas por mulheres marisqueiras.

A proposta inclui a coleta de mariscos entre as definições de pesca previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei 11.959/09).

Além disso, passa a considerar pescador artesanal aquele que extrai mariscos de maneira artesanal ininterrupta e

individualmente ou em regime de economia familiar em manguezais.

A relatora, deputada Mara Rocha (PSDB-AC), destacou que o texto do Senado atende aos objetivos das mulheres marisqueiras.

"A redação adotada pelo Senado permitirá que as marisqueiras, que hoje exercem sua atividade praticamente sem nenhum apoio do Poder Público, possam acessar políticas públicas", destacou.

As mudanças vão possibilitar a todos esses catadores de mariscos o acesso a linhas específicas de crédito e projetos de capacitação, além do direito ao seguro-desemprego.

Agricultura aprova regularização de assentamentos federais anteriores a 2008

02/10/2019 19h22

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (2) proposta que regulariza todas as ocupações com características de colonização ocorridas em terras da União antes de 10 de outubro de 2008.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Silva Cristina: "Benefício só é acessível a ocupantes de terras rurais em terras federais com áreas de até 2,5 mil hectares"

Foi aprovado o Projeto de Lei 4348/19, do deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), que altera a Lei que regularizou as ocupações em terras federais na Amazônia Legal (Lei 11.952/09).

Câmara lembra que essa lei foi alterada em 2017 para permitir a regularização de todos os assentamentos oficiais, independentemente do local. A mudança, porém, limitou a legalização fundiária a ocupações anteriores a 10 de outubro de 1985, data que inviabilizou a regularização de diversos projetos de colonização.

Ao recomendar a aprovação do projeto, a relatora, deputada Silva Cristina (PDT-RO), destacou que não há risco

de favorecer áreas griladas por conta da ampliação do prazo de regularizações. "Há um universo bem definido a ser regularizado, que são os projetos do Incra com características de colonização", ressaltou.

Segundo ela, para regularizar a área, o proprietário precisa ser brasileiro nato ou naturalizado; não pode ser proprietário de outro imóvel rural; tem de praticar cultura efetiva; e não pode ter sido beneficiário da reforma agrária ou de regularização fundiária, admitidas ressalvas.

"Além disso, o benefício só é acessível aos ocupantes de imóveis rurais localizados em terras públicas federais com áreas de até 2,5 mil hectares", completou.

Comissão rejeita proposta que proibia fabricação e uso de redes de pesca de malha fina

04/10/2019 14h35

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 206/15, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que proíbe a fabricação, a comercialização e a utilização de redes de pesca com malha inferior a 5 centímetros (50 mm).

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Para o deputado Luiz Nishimori, o projeto pode inviabilizar a pesca artesanal

A rejeição foi recomendada pelo relator, deputado Luiz Nishimori (PL-PR). Ele concordou com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que rejeitou o texto em 2015. Assim, sendo rejeitada pelas comissões destinadas a analisar o mérito, a proposta deve ser arquivada pela Câmara dos Deputados.

"A ideia poderia inviabilizar a pesca em diversos vilarejos, nos quais pescadores artesanais têm na atividade o meio de sustento próprio e de suas famílias", disse Luiz Nishimori. "O prejuízo social e econômico seria enorme, prejudicando, justamente, quem mais precisa", completou.

A medida da malha serve para determinar o tamanho dos animais que poderão ser capturados. Segundo o texto original, a intenção é preservar o meio ambiente, evitando a pesca predatória de animais em desenvolvimento, sobretudo filhotes.

Comissão rejeita proposta do Executivo que regulamenta o ato cooperativo

10/10/2019 17h09

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Melo recomendou a aprovação de um projeto apensado que trata de aplicações financeiras de cooperativas

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou o Projeto de Lei 3723/08, do Poder Executivo, que regulamenta o ato cooperativo e trata da incidência tributária sobre as cooperativas. O texto, apresentado no governo Lula, unifica a legislação sobre o assunto.

O relator, deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), recomendou a rejeição. "A aprovação não seria suficiente para a garantia do adequado tratamento ao ato cooperativo, pois haveria o risco de contestação acerca da constitucionalidade e não se conseguiria segurança jurídica para as cooperativas", afirmou.

Apensado aprovado

Por outro lado, Evair Vieira de Melo recomendou a aprovação do PL 3351/19, do deputado Pedro Lupion (DEM-PR), que tramita apensado e insere dispositivos na Lei 9249/95 para isentar de impostos as aplicações financeiras das cooperativas.

"O que se pretende não é uma imunidade ou isenção tributária, mas tão somente adequar a apuração e recolhimento dos tributos, mantendo igualdade com as demais sociedades empresariais, bem como afastar possíveis autuações fiscais por parte da Receita Federal do Brasil", afirmou o deputado Pedro Lupion.

Segundo Evair Vieira de Melo, o PL 3351/19 garante a isonomia e a capacidade contributiva das cooperativas em relação às empresas, que são tributadas com base no resultado financeiro (receita financeira menos despesas financeiras).

Já as cooperativas, disse o relator, atualmente são tributadas sobre o total de aplicações financeiras, sem abatimento das despesas financeiras. "Isso fere o conceito de lucro, que é a regra matriz da incidência dos impostos", afirmou.

Agricultura rejeita sustar desapropriação de terra no Pará

04/10/2019 14h53

Acervo Câmara dos Deputados



Deputado Cristiano Vale, relator do projeto na Comissão de Agricultura

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados rejeitou proposta para cancelar desapropriação de terra para reforma agrária feita pelo governo Dilma Rousseff.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDC 367/16), do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que pretende sustar um decreto que declarou de interesse social, para fins de reforma agrária, um imóvel rural (Fazenda Bela Vista) de 2.091 hectares situado no município de Jacundá (PA). A medida faz parte de um pacote de 29 propostas apresentadas pelo deputado para cancelar

desapropriação de imóveis rurais feitas no governo Dilma.

O relator, deputado Cristiano Vale (PL-PA), recomendou a rejeição. Ele disse que inúmeros trabalhadores rurais já estão instalados na fazenda desapropriada e não podem ser prejudicados por divergências político-partidárias.

"Na localidade já se encontram 130 famílias, plantando aproximadamente 10 alqueires de mandioca, 8 mil pés de açaí. Existe também produção de leite, de laranja, de melancia e de abóbora, bem como criação de suínos e de aves e também 20 tanques para piscicultura", disse.

Agricultura aprova validade mínima para leite em pó importado

10/10/2019 17h18

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



A relatora do projeto, deputada Aline Sleutjes

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (9) proposta que obriga importadores de leite em pó a introduzirem no mercado brasileiro apenas produtos com, no mínimo, 70% do tempo de prateleira (intervalo entre a data de fabricação e a data de validade).

Na prática, a proposta só permite a importação de leite em pó que tenha prazo de validade de 2,1 anos, no caso do desnatado, e de pouco mais de um ano, no caso do integral. Foi aprovado o Projeto de Lei 952/19, do deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO).

Relatora no colegiado, a deputada Aline Sleutjes (PSL-PR) argumentou que a cadeia produtiva do leite é fundamental para o setor agropecuário brasileiro, contribuindo para a formação da renda e de emprego de grande número de produtores.

"A aprovação do projeto poderá reduzir as constantes variações no preço do leite, o que é prejudicial aos produtores rurais", disse.

Agricultura aprova isenção de IPI para vinho colonial produzido por agricultor familiar

09/10/2019 17h34

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Schuch: é uma medida de justiça para com a agricultura familiar e suas raízes

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, nesta quarta-feira (9), projeto de lei (PL 8891/17) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) o vinho colonial produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural. A proposta altera a Lei 4.502/64, que trata do imposto.

O texto, do deputado licenciado Onyx Lorenzoni, recebeu parecer pela aprovação do relator na comissão, deputado Heitor Schuch (PSB-RS). "A proposição pretende viabilizar a continuidade de um modo de produção ancestral, pelo amparo legal adequado, como medida de justiça para com a agricultura familiar e suas raízes", defendeu Schuch.

Segundo a Lei 12.959/14, vinho colonial é aquele produzido por agricultor familiar, elaborado com o mínimo de 70% de uvas colhidas no imóvel do agricultor e na quantidade máxima de 20 mil litros anuais. Trata-se de uma produção que chegou ao Brasil com a imigração, principalmente italiana.

A norma permitia a comercialização de vinho colonial por meio de emissão de nota do talão de produtor rural, o que desobrigava o produtor da abertura de empresa. Esta parte da lei, porém, foi vetada pela então presidente Dilma Rousseff. Ela alegou que apenas a emissão da nota do talão poderia ser interpretada como desobrigação da emissão de nota fiscal do IPI.

O projeto pretende resolver a questão, isentando a venda do vinho do imposto.

Agricultura aprova dispensa de licitação nas vendas da agricultura familiar aos presídios

16/10/2019 15h20

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Deputado Tito, relator: medida contribuirá para a geração de emprego e renda no campo

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (16), projeto de lei que dispensa a licitação para os estabelecimentos penais que comprarem produtos da agricultura familiar, desde que os preços sejam compatíveis com os do mercado (PL 3821/19). O texto insere a medida na Lei de Licitação.

A proposta, do deputado Rubens Ottoni (PT-GO), recebeu parecer pela aprovação do relator, deputado Tito (Avante-BA). "Ao permitir a compra direta por estabelecimentos penais, os agricultores familiares, que hoje não possuem capacidade técnica e gerencial de participar de processos licitatórios, passarão a receber os preços de mercado, mais recompensadores que os atuais. Tal medida contribuirá para a geração de emprego e renda no campo", observou Tito.

O relator acrescentou que a matéria se alinha ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que permite a aquisição governamental de alimentos de agricultores familiares, diretamente ou por meio de associações e cooperativas, com dispensa de licitação. Essa compra destina-se à formação de estoques públicos ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tito lembrou que a agricultura familiar é responsável por sete em cada dez empregos no campo.

Agricultura aprova isenção de adicional ao frete no transporte aquaviário para adubo.

16/10/2019 15h22

Câmara dos Deputados



Deputado Cristiano Vale, relator, recebeu parecer pela aprovação do projeto de lei de fertilizantes

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (16), o Projeto de Lei 4439/19, que isenta as cargas de fertilizantes descarregadas em portos brasileiros do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). A proposição altera a Lei 10.893/04, que trata desse tributo.

A proposta, do deputado Fausto Pinato (PP-SP), recebeu parecer pela aprovação do relator no colegiado, deputado Cristiano Vale (PL-PA).

Segundo Vale, incluir cargas de fertilizantes entre os casos de isenção de pagamento do AFRMM contribui para a redução dos preços do insumo que mais onera a produção das lavouras brasileiras.

"O AFRMM, cuja alíquota sobre o valor de frete na navegação de longa distância é de 25%, tem peso significativo na formação do preço de fertilizantes, produto de baixo valor agregado e que envolve a movimentação de grandes volumes físicos. Cerca de 80% dessa matéria-prima utilizada no Brasil têm origem no exterior", afirmou o relator.

Comissão aprova criação da Política Nacional de Agricultura Urbana

01/11/2019 19h31

Objetivo é promover a produção urbana de alimentos, aproveitando áreas ociosas de imóveis urbanos desocupados ou subutilizados

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



O relator, deputado Carlos Veras, apresentou parecer favorável

O projeto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Carlos Veras (PT-PE), ao texto original do deputado Rubens Otoni (PT-GO), que sugeria a criação de hortas comunitárias para beneficiar pessoas de baixa renda. "O substitutivo amplia o escopo da proposta", afirmou o relator.

Conforme o texto em tramitação na Câmara dos Deputados, a Política Nacional de Agricultura Urbana deverá promover a produção urbana de alimentos por meio de práticas orgânicas e agroecológicas. Para isso, aproveitará áreas ociosas de imóveis urbanos desocupados ou subutilizados.

Alguns dos objetivos são ampliar a segurança alimentar e nutricional da população urbana em situação de vulnerabilidade social; gerar alternativas de renda e de atividade ocupacional para essa população; e estimular a economia solidária.

Segundo o texto, a política deverá ser executada de forma descentralizada, com o apoio e cooperação dos entes federados e da União, e articulada com as políticas agrícola, da agricultura familiar, ambiental e de desenvolvimento urbano.

Agricultores reclamam que subsídio para luz usada na irrigação esbarra no licenciamento ambiental

24/10/2019 20h37

A regulamentação da Lei 10.438/02, que estabelece descontos especiais nas tarifas de energia elétrica para uso em irrigação, foi feita em 2017 por meio de resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com o objetivo de evitar fraudes, mas tem dificultado acesso dos produtores rurais aos benefícios.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Deputados ouviram especialistas sobre a concessão do benefício

A reclamação foi feita durante audiência pública na Comissão de Agricultura. Uma das exigências é de que o agricultor comprove a existência do licenciamento ambiental e da outorga do direito de uso de recursos hídricos. Porém, de acordo com o assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Gustavo Goretti, faltam estrutura administrativa, quadro técnico e recursos orçamentários na liberação dos documentos, o que causa demora na renovação do benefício.

"O que a gente propõe é que seja feito o recadastramento sem a necessidade de outorga e licenciamento nesse primeiro momento, e, no próximo recadastramento, que está previsto na resolução que será daqui a três anos, seja exigido isso, porque haveria prazo para os governos estaduais se adequarem."

Os subsídios saem da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo que custeia diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, como a universalização do serviço de energia elétrica e a concessão de descontos tarifários.

Deputados e produtores rurais condenam possível fim da Lei Kandir

07/11/2019 15h37

Participantes de audiência na Comissão de Agricultura defenderam a imunidade das exportações agrícolas brasileiras. PEC em análise no Senado revoga isenção trazida por lei de 1996.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Comissão de Agricultura debateu possíveis prejuízos com a taxa de exportações do setor

Deputados e representantes do agronegócio defenderam nesta quarta-feira (6), na Câmara dos Deputados, a imunidade das exportações do setor, sem a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre elas. O assunto foi discutido na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em resposta a uma proposta de emenda à Constituição (PEC 42/19) que tramita no Senado e revoga a isenção do ICMS na exportação de produtos não industrializados e semelaborados. A desoneração que se pretende revogar está prevista na Lei Kandir (Lei Complementar 87/96).

Ao apresentar a PEC, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que os estados vêm tendo perdas consideráveis, que não estão sendo ressarcidas pela União.

Compensação

O deputado Neri Geller (PP-MT), que sugeriu o debate, acredita que a compensação da isenção possa ser estudada na reforma tributária, que tem como relator o deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB). Ou ainda ser incluída no Projeto de Lei Complementar 511/18, que obriga a União a compensar estados e Distrito Federal por perdas com a desoneração do ICMS e está pronto para a pauta do Plenário da Câmara.

Comissão regulamenta emissão de títulos do agronegócio em moeda estrangeira

25/10/2019 09h55

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 7734/17, do Poder Executivo, que regulamenta a emissão de títulos do agronegócio em moeda estrangeira e com cláusula de correção cambial, a fim de que investidores e fundos do exterior financiem a atividade.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Nelson Barbudo (PSL-MT). "Vive-se a transição de um modelo em que o Estado desempenhava papel preponderante para uma nova realidade, em que o setor privado se torna cada vez mais relevante no crédito rural", disse.

O substitutivo aprimora a proposta em tramitação na Câmara dos Deputados, a fim de ampliar a transparência das operações e dos lastros e assegurar segurança jurídica. "Espero que as modificações retirem os obstáculos para a atração de recursos nacionais e estrangeiros para o agronegócio brasileiro", disse Barbudo.

A proposta altera a Lei 8.929/94, que institui a Cédula de Produto Rural (CPR), e a Lei 11.076/04, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Segundo a Frente Parlamentar da Agropecuária, a CPR, emitida pelos agentes produtores, representa a promessa de entrega de mercadorias. O CDCA serve para incluir os fornecedores e a indústria alimentícia como participantes da cadeia do agronegócio. O CRA, por sua vez, é emitido por empresas que transformam dívidas em títulos do mercado financeiro que servem para financiar o setor agrícola.

Ministro vai defender compensações ambientais para o Brasil na COP 25

28/11/2019 11h43

Ricardo Salles disse em audiência pública na Comissão de Agricultura que a compensação precisa ser significativa.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Para o ministro (no microfone), é preciso fazer valer a promessa dos países ricos

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, defenderá na Conferência Internacional sobre Mudança Climática na Espanha (COP 25) que os países mais ricos, que mais emitem gases de efeito estufa, compensem os serviços ambientais prestados por países como o Brasil. A COP 25 será realizada de 2 a 13 de dezembro.

Salles esteve nesta quarta-feira (27) na Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Segundo ele, as compensações ambientais para o Brasil têm que ser significativas, porque a preservação ambiental feita pelo País também é significativa.

Para o ministro, é preciso "fazer valer a promessa dos países ricos para com os países em desenvolvimento, de prover recursos em montante suficiente para que se remunere o trabalho que está sendo feito".

Salles lembrou que o Código Florestal prevê a preservação de parte das propriedades rurais em percentuais que variam de 20% a até 80% na Amazônia legal.

MUITO OBRIGADO